

Docas do Espírito Santo será debatida este mês

O governador Eurico Rezende e o presidente da Portobrás, Arno Markus, deverão se reunir, possivelmente ainda na primeira quinzena de maio, para decidir as últimas questões técnicas e políticas que estão entretendo a constituição da Companhia Docas do Espírito Santo, segundo informou ontem o secretário extraordinário para Projetos Especiais, Cristiano Dias Lopes Filho, até recentemente o responsável pela condução desse processo no Estado.

Na pauta do encontro, que não tem dia nem local ainda definidos (dependerá da agenda de Arno Markus), a questão principal das discussões será a proposta estadual de adiamento de uma decisão sobre dois pontos controvertidos no processo de transformação da Administração do Porto de Vitória na empresa. O primeiro refere-se a um débito do Estado para com a Portobrás, decorrente de um certo fundo de amortização de capital que deveria ter sido constituído desde 1958 (Cr\$ 32 milhões) e o outro diz respeito ao reconhecimento do direito do governo capixaba sobre uma área superior a quatro mil metros quadrados, em Paul, utilizada para a construção de um cais de carvão (cerca de Cr\$ 20 milhões).

CAPITAL

No encontro entre Eurico Rezende e Arno Markus, caso seja aceita a proposta de adiamento de decisão sobre esses dois pontos, deverá ser definido também o capital da Companhia Docas, com respectiva participação acionária do Estado. Da mesma forma, este pretende uma definição sobre a forma de pagamento que será utilizada pela Portobrás para o ressarcimento dos direitos do Espírito Santo no patrimônio do porto, no que se refere à parcela não-utilizada pelo governo capixaba para a subscrição de ações, por ocasião da constituição da nova empresa.

Uma última questão a ser tratada no encontro, segundo Cristiano Dias Lopes Filho, será a participação do governo do Estado na diretoria da Companhia Docas. Em princípio, Eurico Rezende pleiteia a presidência e uma diretoria, numa primeira administração, já tendo havido, inclusive, um acerto verbal para que isso seja conseguido.

Em princípio, quanto aos seus direitos sobre o patrimônio do porto, o Estado terá para receber cerca de Cr\$ 900 milhões, sendo que, desse total, Cr\$ 350 milhões já estão totalmente confirmados, devendo parte deles — ainda não-definida — ser utilizada por ocasião da constituição da nova empresa, na subscrição de ações.

Desde janeiro deste ano, quando uma comissão de liquidação da concessão para exploração do porto, constituída por representantes do governo estadual (inclusive Cristiano Dias Lopes Filho) e da Portobrás, concluiu seu trabalho, com a reavaliação do patrimônio do porto e, por extensão, dos reais direitos do Estado sobre ele, os contatos entre o governo capixaba e a Portobrás foram intensificados, visando um definitivo acerto de contas para a constituição da Companhia Docas do Espírito Santo.

No entanto, dois pontos controvertidos nesse processo, como admitiu ontem

o secretário extraordinário, têm atrapalhado o encerramento imediato das negociações. O primeiro corresponde à exigência do pagamento por parte do Estado de cerca de Cr\$ 32 milhões à Portobrás (esse total seria descontado do crédito estadual), sob a alegação de que o governo capixaba não constituiu, como era exigido pela concessão de exploração do porto, um fundo de amortização do seu capital.

Basicamente, como explicou o secretário, o concessionário era obrigado a recolher anualmente determinada cota da receita do porto num fundo destinado a amortizar o capital do Estado ao final da concessão. Como o fundo não foi constituído, a Portobrás reclama agora, e quer descontar do direito do Estado, o valor das cotas não-recolhidas, que representam algo em torno de Cr\$ 32 milhões.

Quanto a isso, Cristiano Dias Lopes Filho explicou que, do ano da concessão (1925) até 1958, o porto foi deficitário, razão pela qual não se constituiu o fundo, sendo que a partir de então ele deveria, de fato, ter sido constituído, mas por uma série de fatores técnico-administrativos isso acabou não acontecendo. Como um exemplo, o secretário lembrou que o valor das cotas era calculado sobre o capital do Estado no porto devidamente reavaliado, e como isso nunca foi feito (a reavaliação), a não ser agora, por ocasião da liquidação da concessão, a constituição do fundo acabou também não ocorrendo.

O segundo ponto controvertido no processo diz respeito a uma área de mais de quatro mil metros quadrados em Paul, com os investimentos nela feitos pelo Estado, para a construção do cais de carvão. O Estado reclama o direito sobre ela, que estaria avaliada em torno de Cr\$ 20 milhões, com alegações ainda não-aceitas pela Portobrás.

Segundo Cristiano Dias Lopes Filho, o interesse do governo do Estado de não permitir que essas duas questões continuem atravancando a concretização da nova empresa levou à proposta de adiamento de uma decisão. "O que queremos é que a companhia saia e essas duas questões continuem sendo discutidas, com a garantia de que, caso o Estado venha, de fato, a ter seus direitos reconhecidos, os recursos daí resultantes possam ficar como crédito para uma subscrição de ações num futuro aumento de capital da nova empresa", explicou o secretário.

Além dessas questões, algumas outras continuarão sendo discutidas, conforme disse o secretário, conforme acordo já feito entre as partes, senão qualquer prejuízo à constituição da companhia, pois os quesitos fundamentais a esse processo, no cômputo geral, foram concluídos com a reavaliação do patrimônio do porto. Na prática, o Estado deixaria para receber posteriormente algo em torno de Cr\$ 550 milhões, que seriam utilizados em subscrição de ações em futuros aumentos de capital. Da mesma forma, a Portobrás também não incluiu na avaliação para efeito de constituição da empresa os investimentos feitos em Aracruz (porto de Barra do Riacho) e em Capuaba, com o mesmo objetivo.